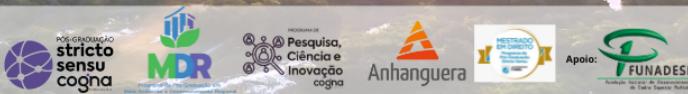


IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



A intersecção entre Democracia e Sustentabilidade: o papel da participação cidadã

Autor(es)

Ana Maria Foguesatto
Diogo Ricardo Martins Balestra
Luane Flores Chuquel
Beatriz Fátima Andretta

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

Introdução

À medida que as preocupações ambientais e sociais se intensificam no mundo hodierno, a relação entre democracia e sustentabilidade tem se tornado um tema cada vez mais premente. Nesse contexto, a participação cidadã surge como um elemento fundamental para fortalecer as políticas de sustentabilidade, garantindo a inclusão dos diferentes atores sociais e a promoção de processos decisórios mais democráticos e transparentes. O presente estudo científico busca analisar como a participação cidadã pode contribuir para a efetividade das políticas sustentáveis, destacando seus benefícios e desafios. A pesquisa tem como problema central a intersecção entre a participação democrática e a sustentabilidade, como meio garantidor de políticas inclusivas sustentáveis. Para atingir os resultados desejados, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa exploratória bibliográfica.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da participação cidadã no fortalecimento das políticas de sustentabilidade, investigando como a intersecção entre democracia e sustentabilidade pode promover práticas de governança mais responsáveis, democráticas e sustentáveis na esfera pública.

Material e Métodos

A metodologia desta pesquisa científica é o método de abordagem hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica exploratória e documental. Para o desenvolvimento do estudo, objetivando obter os resultados desejados, foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica abrangente, com o objetivo de analisar a literatura existente sobre o tema e estabelecer uma sólida fundamentação teórica para a investigação.

Para o avanço da pesquisa bibliográfica ou revisão da literatura, foram utilizados o "Google Acadêmico" e plataformas de busca como "Research Rabbit" para encontrar artigos acadêmicos e científicos. Os seguintes descritores foram empregados: democracia constitucional, participação cidadã, sustentabilidade participativa, educação ambiental e políticas sustentáveis. A pesquisa abrangeu artigos científicos publicados entre 2002 e 2024.

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Resultados e Discussão

Os resultados obtidos indicam que a participação cidadã exerce um papel fundamental no fortalecimento das políticas de sustentabilidade, uma vez que permite a inclusão de diferentes perspectivas, conhecimentos e valores na formulação e implementação de medidas ambientais e sociais. Além disso, a participação dos cidadãos contribui para aumentar a legitimidade das decisões políticas, promover a transparência, a prestação de contas e fortalecer a governança democrática.

No entanto, a efetividade da participação cidadã em políticas de sustentabilidade enfrenta alguns desafios, como a falta de capacitação e informação dos cidadãos, a desigualdade de acesso aos espaços de participação, e a resistência por parte de setores conservadores. Portanto, é necessário promover mecanismos e estratégias que garantam a eficácia da participação cidadã, incluindo a educação para a cidadania ativa, a efetiva educação ambiental, a criação de espaços de diálogo, capazes de fortalecer a sociedade civil.

Conclusão

Verifica-se que a intersecção entre democracia e sustentabilidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. A participação cidadã surge como um componente essencial para garantir a efetividade das políticas de sustentabilidade, promovendo a inclusão e a legitimização das decisões políticas. Para tanto, é necessário fomentar a participação ativa dos cidadãos nas questões ambientais e sociais, fortalecendo assim a democracia e a sustentabilidade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, 1952. [Reproduzido em Memórias do Desenvolvimento, n. 1, 2007].
- MACHADO, Costa. Constituição Federal, Interpretada, artigo por artigo e parágrafo por parágrafo. 12º edição. São Paulo: Editora Manole. 2021.
- MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- NOBRE, M. Crescimento Econômico versus Preservação Ambiental: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (orgs.) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, p. 27-48, 2002.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008